

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR: DIAGNÓSTICO DO PRESENTE

Juliana Boanova Souza, Suelen Assunção Santos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4140>

Submetido em: 2022-05-16

Postado em: 2022-05-19 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

PROGRAMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR: DIAGNÓSTICO DO PRESENTE

JULIANA BOANOVA SOUZA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6789-2715>

SUELEN ASSUNÇÃO SANTOS²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7658-8670>

RESUMO: O Programa Escola Cívico-Militar (PECIM) na Educação Brasileira tem como objetivo implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país até 2023. O modelo a ser implementado pelo Ministério da Educação objetiva ser um reforço para as escolas públicas e se baseia no dito “alto nível” dos colégios militares do Exército. Tal programa tem servido para enaltecer a adoção de práticas disciplinares militares como estratégia de aprimoramento e sucesso na educação. Para darmos conta dessa problematização, fizemos uma história do presente. Iremos relacionar e embasar esse ensaio de cunho pós-estruturalista com Michel Foucault e sua arqueologia, aprofundando em questões de saber-poder de cada época, para localizarmos, então, por meio de discursos e enunciados, as condições históricas e, a priori, o discurso de militarizar a educação pública, que tomou força e alcançou o lugar de poder. Foucault, em seus estudos, subverte a noção de linearidade e de pensamento analítico, mostrando as historicidades descontínuas; além disso, problematiza a “verdade” vista como absoluta, universal, investigando o “dito verdadeiro”. O repositório de teses e dissertações da CAPES serviu como instrumento de análise para localizarmos, por meio de produção científica, a racionalidade da época, que deu condição de possibilidade para a instauração do programa.

Palavras-chave: Programa Escola Cívico-Militar, Pós-estruturalista, A priori histórico.

CIVIC-MILITARY SCHOOL PROGRAM: DIAGNOSIS OF THE PRESENT

ABSTRACT: The Civic-Military School Program (PECIM) in Brazilian Education aims to implement 216 Civic-Military Schools across the country by the year 2023. The model to be implemented by the Ministry of Education aims to reinforce public schools and is based on the so-called “high level” of the Army's military colleges. This program has served to enhance the adoption of military disciplinary practices as a strategy for improvement and success in education. To deal with this problematization, we made a history of the present. We will relate and support this post-structuralist essay with Michel Foucault and his archeology, delving deeper into issues of knowledge-power of each era, to locate, then, through discourses and statements, the historical conditions and, a priori, the discourse of militarizing public education, which gained strength and reached the place of power. Foucault, in his studies, subverts the notion of linearity and analytical thinking, showing discontinuous historicities; Furthermore, he problematizes the “truth” seen as absolute, universal, investigating the “truth said”. The CAPES theses and dissertations repository served as an analysis tool to locate, through scientific production, the rationality of the time, which gave a condition of possibility for the establishment of the program.

Keywords: Civic-Military School Program, Poststructuralist, Historical a priori.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil. julianaboanovasouza@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil. suelenass@icloud.com

PROGRAMA ESCUELA CÍVICO-MILITAR: DIAGNÓSTICO DEL PRESENTE

RESUMEN: El Programa de Escuelas Cívico-Militares (PECIM) en la Educación Brasileña tiene como objetivo implementar 216 Escuelas Cívico-Militares en todo el país hasta 2023. El modelo que será implementado por el Ministerio de Educación tiene como objetivo reforzar las escuelas públicas y se basa en el mencionado "nivel alto". ” de los colegios militares del Ejército. Este programa ha servido para potenciar la adopción de prácticas disciplinarias militares como estrategia de mejora y éxito en la educación. Para hacer frente a esta problematización, hicimos una historia del presente. Relacionaremos y sustentaremos este ensayo postestructuralista con Michel Foucault y su arqueología, ahondando en cuestiones de saber-poder de cada época, para ubicar, entonces, a través de discursos y enunciados, las condiciones históricas y, a priori, el discurso de militarizando la educación pública, que cobró fuerza y llegó al lugar del poder. Foucault, en sus estudios, subvierte la noción de linealidad y pensamiento analítico, mostrando historicidades discontinuas; Además, problematiza la “verdad” vista como absoluta, universal, investigando la “verdad dicha”. El repositorio de tesis y disertaciones de la CAPES sirvió como herramienta de análisis para ubicar, a través de la producción científica, la racionalidad de la época, lo que dio una condición de posibilidad para el establecimiento del programa.

Palabras clave: Programa Escuela Cívico-Militar, Posestructuralista, Histórico A priori.

INTRODUÇÃO

Os colégios militares, na sociedade contemporânea, são visibilizados pela mídia como possuidores de um ensino de excelência, de melhor qualidade³, que é legitimado, dentre outros fatores, pelos altos índices de aprovações nos exames nacionais⁴. Vale destacar que a qualidade dessas instituições está relacionada ao saber-poder disciplinar, visto que se destaca pelo ensino conteudista categorizado por meio de disciplinas específicas e pela disciplina-corpo, que comove os corpos a permanecerem docilizados no ambiente escolar. Neste artigo, temos o objetivo de realizar a história do presente, de fazer uma análise histórica dos processos de militarização da educação pública no Brasil, suas rupturas, continuidades e descontinuidades, junto de uma revisão de literatura no catálogo de teses da CAPES que versam sobre a temática da militarização da educação.

Para isso, primeiramente, gostaríamos de visibilizar o presente, no qual está sendo implementado no Brasil o Programa Escola Cívico-Militar (PECIM). O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é uma iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. A proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país até 2023, sendo 54 por ano.

O modelo a ser implementado pelo Ministério da Educação tem o objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e se baseia no alto nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares. Os militares atuarão no apoio à gestão escolar e à gestão educacional, enquanto professores e demais profissionais da educação continuarão responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico. A partir do contexto atual, realizamos uma análise histórica dos acontecimentos no Brasil até o surgimento do primeiro colégio militar e, no segundo momento, visibilizamos a descontinuidade contida na racionalidade do país a partir do golpe de Estado em 1964, em que se considerou o termo cívico-militar e deu condições de possibilidade para que esse termo fosse retomado na atualidade.

No primeiro momento, o subtítulo “Emergência do PECIM e o Diagnóstico do Presente” abordará o cenário atual da Educação brasileira, junto à instauração da PECIM. Para isso, é feito um estudo arqueológico, abordando como emergiu o primeiro colégio com vertente militarista no Brasil.

No segundo subtítulo “Continuidades e Descontinuidades Históricas”, iremos fazer essa análise das rupturas históricas, para que possamos verificar as condições de possibilidades para a atualização do militarismo na educação, capturando a racionalidade da época a partir de uma história do presente. Em seguida, para compreender melhor o contexto militar na educação pública, realizamos uma pesquisa no portal da CAPES, na qual selecionamos 12 pesquisas para balizar melhor nossas problematizações e compreender quais os discursos atuais sobre o militarismo na área científica.

Para darmos conta das análises históricas, temos como embasamento as teorizações de Michel Foucault e seu entendimento do que seja fazer uma história do presente. A problemática-chave de nosso artigo está na atualidade, mas para podermos investigar os sintomas do presente, devemos nos debruçar nos acontecimentos do passado.

³ Portal G1 disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/08/escolas-militares-se-destacam-entre-30-melhores-do-pais-no-ideb.html#:~:text=Das%2030%20melhores%20escolas%20p%C3%BAblicas,e%20at%C3%A9%20aulas%20de%20equita%C3%A7%C3%A3o.> Acesso em: 07/12/2021.

A Tribuna disponível em: [https://www.tribuna.com.br/opiniao/tenentecoimbra/escolas-militares-sinonimo-de-excelencia-na-educacao-de-sao-paulo-e-do-brasil.](https://www.tribuna.com.br/opiniao/tenentecoimbra/escolas-militares-sinonimo-de-excelencia-na-educacao-de-sao-paulo-e-do-brasil) Acesso em: 07/12/2021.

⁴ Disponível em: [https://administradores.com.br/artigos/colegios-militares-ensino-educacional-de-excelencia.](https://administradores.com.br/artigos/colegios-militares-ensino-educacional-de-excelencia) Acesso em: 07/12/2021.

EMERGÊNCIA DO PECIM E O DIAGNÓSTICO DO PRESENTE

Figura 1: Escolas cívico-militares em notícia no GZH

EDUCAÇÃO

Já tem PMs em escola cívico-militar na Serra Gaúcha

Prefeitura de Flores da Cunha diz que escola é a primeira instituição municipal da região a implantar projeto

02/03/2022 - 21h7min



BOA FORMA

Mourão faz flexões com estudantes de escola cívico-militar de Bagé

Vice-presidente visitou município da Campanha nesta terça

07/12/2021 - 21h3min



PROPOSTA DO MEC

Santana do Livramento inaugura escola cívico-militar com projeto para duplicar número de alunos

Colégio municipal passa a ter gerência compartilhada e contará com atividades no contraturno

15/11/2021 - 17h33min



EDUCAÇÃO

RS receberá a quinta escola cívico-militar do governo federal

Programa reserva R\$ 1 milhão por instituição de ensino para pequenas obras e compra de equipamentos e uniformes

10/01/2020 - 10h9min

EDUCAÇÃO BÁSICA

Reservistas começam a ser selecionados para implantar modelo cívico-militar em escolas

Procedimento de escolha dos profissionais está sendo realizado pelo MEC e vai até 20 de março

06/03/2020 - 19h10min



Fonte 1: Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/search/?q=c%C3%ADvico-militar>

A emergência do estudo se dá no contexto do cenário atual brasileiro, que possui a proposta para a educação de instituir o “Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares” nas escolas públicas (Portaria N° 1.071, de 24 de dezembro de 2020)⁵, que se tem como base o discurso de que o militarismo é um “reforço” educacional. O programa é instituído a partir da adesão voluntária dos municípios e a nova gestão modifica as diretrizes do ambiente escolar. Em função desse acontecimento, nós nos debruçamos a problematizar o cenário educacional atual, fazendo, assim, a história do presente, analisando o passado e problematizando as idas e vindas do militarismo dentro do contexto educacional. Buscamos, por meio desta história do presente, identificar em que momento se deu esse

⁵ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.071-de-24-de-dezembro-de-2020-296412451>. Acesso em: 07/03/2022.

acoplamento entre o cívico e o militar, e em como a história favorece para que o discurso da militarização da educação como reforço retorne no século XXI.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Miliares, segundo Brasil (2021), o Pecim,

é desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa e com o apoio dos militares das forças auxiliares, por intermédio das Secretarias de Segurança Pública dos estados e do Distrito Federal, por meio do Regime de Colaboração com as Secretarias de Educação visando aprimorar: – a gestão escolar; – o ambiente escolar; – as práticas pedagógicas da escola; e – o aprendizado e o desempenho escolar dos alunos (BRASIL, 2021, p.7).

De acordo com o Diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares, Gilson Passos de Oliveira, em entrevista concedida no ano de 2021⁶, o Pecim tem a meta de implementar 216 escolas cívico-militar até o final de 2023. Vale ressaltar que a proposta do Pecim está resultando em manifestações interessadas pelos responsáveis dos estudantes, prova disso são as consultas públicas já realizadas, que demonstram 98% de aprovação, segundo Gilson Passos de Oliveira.

No contexto contemporâneo que se apresenta o PECIM, viemos por meio deste artigo problematizar o cenário da atualidade, questionando as condições de possibilidade pela qual se instaura esse projeto. Logo, pergunta-se: qual o cenário educacional atual do Brasil, onde os índices de precariedade de conhecimento estão demandando reforço? E por que esse reforço está sendo vinculado, visibilizado e servindo de bandeira para o militarismo?

Para darmos conta dessa problematização, iremos relacionar e embasar esse ensaio de cunho pós-estruturalista com Michel Foucault e sua arqueologia, aprofundando em questões de saber-poder de cada época, para localizarmos, então, por meio de discursos e enunciados, em que condições históricas, a priori, o discurso de militarizar a educação pública tomou força e alcançou o lugar de poder. Foucault, em seus estudos, subverte a noção de linearidade e do pensamento analítico, mostrando as historicidades descontínuas; problematiza a “verdade” vista como absoluta, universal e investiga o “dito verdadeiro”.

Em contrapartida às verdades de última instância, são as regularidades de uma época que tornam os enunciados possíveis, e nossa análise histórica não tem o objetivo de investigar os acontecimentos que iniciam de forma silenciosa, mas sim de identificar um novo tipo de racionalidade e os seus múltiplos efeitos na sociedade atual.

*

O primeiro colégio com vertente militarista, de acordo com o DEPA (Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial)⁷, foi criado logo após a independência do Brasil, após 1822, em que se deu o processo de separação entre Brasil e Portugal. E desde esse acontecimento, os militares planejavam e desejavam a criação de uma instituição que se compromettesse a educar seus filhos. A ideia inicial partiu do Regente Pedro Araújo Lima, conhecido como Marquês de Olinda, no ano de 1840, porém sua ideia não foi acolhida naquela época pelos seus superiores.

Segundo Carvalho (1989), Luís Alves de Lima e Silva, conhecido como Duque de Caxias, que foi um militar político e monarquista brasileiro, comovido com o sofrimento de seus comandados ao deixarem suas famílias desamparadas para se dedicarem na Guerra da Tríplice Aliança, compreendeu a necessidade de uma pensão para os órfãos (caso perdessem seus pais em guerra) e uma educação de qualidade que direcionasse e constituísse sujeitos dedicados à defesa da Pátria.

Motivado, em 1853, Duque de Caxias apresentou um projeto ao Senado que criaria um Colégio Militar (CM) na corte, mas não foi aprovado. Costa e Cunha (2006) contam que a proposta retornou em 1862, desta vez pelas mãos do Visconde de Tocantins, irmão de Caxias e do deputado Sebastião do Rego Barros. No entanto, a proposta novamente foi rejeitada pelos deputados.

⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/06/programa-escolas-civico-militares-devera-chegar-a-mais-de-200-colegios-ate-2023>. Acesso em: 06/04/2022.

⁷ Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 23/02/2022.

Segundo Carvalho e Fabrícia (2015), a ideia de um colégio militar retorna ao cenário político em 1865, durante o maior conflito platino, quando é criada a Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria, que tinha a finalidade de recolher, tratar e cuidar dos militares feridos e mutilados na guerra, além de amparar as suas famílias e os órfãos. A função foi possível pelas arrecadações e doações da população, em que vários contribuintes eram da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Com o dinheiro arrecadado, foi possível comprar instalações da Igreja Católica, como o antigo convento Franciscano da Ilha do Bom Jesus da Coluna, em plena Baía de Guanabara.

Com o fim do conflito, em 1870, o Asilo não foi desmobilizado, já que muitos militares e órfãos precisavam do suporte; sendo assim, foi nesse contexto que a ideia de Educandário reapareceu. A associação Comercial do Rio de Janeiro propôs fundir-se com a Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria, com argumentos de melhorar as condições do Asilo, porém a fusão foi contestada no gabinete seguinte.

Em 1885, assumiu a pasta dos negócios da guerra o Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, ex-ministro da agricultura, comércio e indústria, que propôs, para homologar a fusão, que a Associação arcasse com as despesas de uma instituição escolar com modelo de internato. Logo, Thomaz efetuou a criação do Imperial Colégio Militar, no Rio de Janeiro (Decreto N° 10.202, de 9 de março de 1889).

Abaixo, vamos visibilizar o Decreto N° 10.202⁸ e fazer alguns apontamentos:

Aprova o Regulamento para o Imperial Collegio Militar.

Hei por bem aprovar, para o Imperial Collegio Militar, o Regulamento que com este baixa, assignado por Thomaz José Coelho de Almeida, do meu Conselho, Senador do Império, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, que assim o tenha entendido e expeça os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro em 09 de Março de 1889, 68° da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

Thomaz José Coelho de Almeida.

Regulamento a que se refere o Decreto n. 10.202, de 09 de março de 1889

CAPITULO I - DA ORGANIZAÇÃO E FINS DO COLLEGIO

Art. 1° Fica criado nesta Corte, sob a denominação de Imperial Collegio Militar, um instituto de instrução e educação militar, destinado a receber, gratuitamente, os filhos dos oficiais efetivos, reformados e honorários do Exército e da Armada; e, mediante contribuição pecuniária, alunos procedentes de outras classes sociais.

Art. 2° Os alunos constituirão um corpo, ao qual será aplicado o regime disciplinar, econômico e administrativo dos corpos do Exército, salvo o que não for praticável, em razão da idade dos mesmos alunos e da índole especial deste instituto.

Art. 3° Será internato, mas poderá admitir alunos externos, contanto que estes só se retirem do Collegio depois de findos os trabalhos teóricos e práticos do dia, na forma do regimento interno.

Tendo por fim iniciar os alunos, desde a juventude, na nobre profissão das armas, dirigirá sua educação e instrução de modo que, ao terminarem os alunos o curso, estejam aptos a prosseguir em estudos superiores das Escolas Militares do Império.

Art. 4° Os alunos assentarão praça no ato da matrícula, mas o tempo que se demorarem, frequentando o curso, não lhes será computado para efeito algum, salvo o disposto no art. 73.

Art. 5° Os alunos gratuitos, que completarem o curso, ficarão obrigados a prestação de serviço militar, de acordo com as leis vigentes, salvo o caso de incapacidade ou de indenizarem o Collegio das despesas que houverem feito.

⁸ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html>. Acesso em: 07/03/2022.

Como observamos no primeiro artigo do decreto, a instituição educacional foi direcionada aos “filhos dos oficiais” do Exército, sendo eles reformados, efetivos ou honorários. Porém, ela também foi aberta ao público em geral, contando que os integrantes contribuíssem financeiramente. Vale destacar que o Brasil, naquela época, não dispunha de uma educacional de qualidade; podemos, pois, legitimar essa informação com os dados estatísticos do Índice de Desenvolvimento que mostram que, em 1872, a população brasileira era de 10.112.662 habitantes, sendo 8.365.997 analfabetos (83%). Já em 1889, para cada grupo de 1.000 habitantes, havia cerca de 18 alunos matriculados na rede de ensino.

O artigo número dois do decreto informa que os alunos constituíram um corpo, aplicando o regime disciplinar, ou seja, esses estudantes passaram por um processo de descaracterização do sujeito, deixando de ser micro (individual) para serem vistos no macro (grupo). Esse grupo passou pelo processo de disciplinarização, ou seja, regulação e docilização dos corpos nos moldes do Exército, preparando-os, como diz o artigo quinto, para prestarem serviço militar obrigatório.

A criação do primeiro colégio militar, O Imperial Collegio Militar, deu condição de possibilidade para a existência de novas instituições. A critério disso, logo em 1912, foram implantados mais dois Colégios Militares no Brasil: em Porto Alegre/RS e em Barbacena/MG.

Os principais motivos que levaram a constituição de escolas com a vertente militarista deram-se a partir do contexto histórico de uma determinada época, quando existiam lutas ativas pelo poder e por territórios. Vamos visibilizar que a guerra que concerne todos os acontecimentos posteriores foi a Guerra do Paraguai, que é considerada o maior conflito armado internacional ocorrido na América Latina. Tal conflito foi travado entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, que é composta pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai. Ela se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870. Se o primeiro colégio militar emergiu a partir da Guerra do Paraguai, questionamo-nos quais os conflitos/lutas atuais que justificam a imersão da militarização na educação novamente?

*

A militarização da educação no Brasil está vinculada a valores culturais do Exército Brasileiro, seguindo seu regime disciplinar, econômico e administrativo (Decreto nº 10.202, de 9 de março de 1889). Neste contexto, os primeiros institutos educacionais que adotaram essa vertente militarista possuíam a função de constituir sujeitos para servirem a pátria, ou seja, prepará-los para carreiras militares e profissões públicas civis.

A rede discursiva que interpela os estudantes, sendo a mesma do Exército, defende “a hierarquia e a disciplina”, conforme dispõe expressamente a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 42 e 142, a qual viabiliza que a partir da docilização dos corpos haverá melhor produção e rendimento da tropa. Essa interpelação não foge das relações de poder que cerceiam o ambiente educacional e emergem como (re)produtoras de discursos, visibilizando a militarização como parâmetro para o ensino de qualidade. Em entrevista (2021), o Diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares, Gilson Passos de Oliveira diz que “O programa é complementar a outras políticas de melhoria da qualidade da educação já existentes, seja no nível nacional, estadual ou municipal ou distrital.” (OLIVEIRA, 2021)

Os primeiros resquícios históricos da proposta de acoplamento entre Exército e educação estão localizados no período anterior à vinda da família real ao Brasil (1699 até 1808). Nesse período, o saber da época era atrelado aos jesuítas, ou seja, a ciência era fielmente cristã.

Historicamente, foi constatado que a primeira formação oficial do ensino militar no Brasil foi um curso realizado em 1699 no Rio de Janeiro. O curso foi intitulado como “Curso Prático de Fortificação”, e tinha o objetivo de preparar um grupo de portugueses para um reforço na costa litorânea contra os ataques estrangeiros. Uma carta escrita por D. Pedro II, rei de Portugal na época, endereçada para o governador e capitão das capitanias materializa esse acontecimento:

Artur de Sá e Menezes. Amigo. Eu El Rei envio muito saudar. Por ser conveniente a meu serviço, Hei por bem que nessa Capitania em que há Engenheiro 26, haja aula em que possa ensinar a fortificar, havendo nela tres discipulos de partido, os quais serão pessoas que tenham

capacidade necessária para poderem aprender, e para se aceitarem terão ao menos dezoito anos de idade, os quais sendo soldados se lhes dará além do seu soldo meio tostão por dia; e não o sendo vencerá só o meio tostão; e todos os anos serão examinados para se ver se se adiantam nos estudos e se tem genio para eles, porque quando não aproveitem pela incapacidade serão logo excluídos, e quando não seja pela pouca aplicação, se lhes assinará tempo para se ver o que se melhoram; e, quando se não aproveitem nele serão também despedidos (...)” (PIRASSINUNGA, 1958, p.10).

Nesse recorte da carta Régia, podemos capturar o militarismo elencado à educação, não cometendo anacronismos e relacionando com a educação atual, mas sim no contexto histórico do saber daquela época.

A militarização no ensino é localizada, então, no século XVII e este ensino possuía as características adequadas para a época, realizado a partir do surgimento de determinadas demandas; logo, o ensino era realizado em cursos descontínuos e não lineares com finalidades específicas. O primeiro curso foi realizado em 1738, no Rio de Janeiro, e foi a partir dele que o ensino técnico para militares se tornou obrigatório e ministrado com duração de 5 anos.

O ensino militar sofreu algumas modificações quando o país de Portugal estava fragilizado perante os conflitos com Espanha e Inglaterra; logo, o foco foi implementar cursos que reforçassem a Artilharia. Já em 1774, foi instaurado o curso de formação de Engenheiros Militares no Brasil, contido no regimento de Artilharia. Em 1792, o ensino é novamente remoldado e o novo plano de ensino contemplava matemática e exercícios práticos, que formavam oficiais de todos os cunhos, o qual o estudante, segundo sua aptidão, poderia escolher por Infantaria, Cavalaria, Artilharia ou Engenharia. E por fim, foi criado o ensino superior na Real academia militar em 1810 com o objetivo de formar oficiais e engenheiros militares.

Segundo Oliveira (2016), o ensino militar se estabeleceu de fato em 1810. Mas, desde meados do século XVIII, ocorreram iniciativas no país com vistas à formação de engenheiros capazes de projetar fortificações para a defesa e controle do território da colônia e engenheiros capazes de criar tecnologias para extrair os recursos naturais. Nesse período, não havia objetivos nacionais brasileiros que orientassem o ensino, pois este ocorria segundo as necessidades da Coroa Portuguesa (MOREIRA, 2011).

Essa herança permaneceu em 1810 com a criação da Real Academia Militar, com duplo caráter civil-militar, sendo escola militar e escola de engenharia. Em outros termos, as escolas superiores militares nasceram antes das instituições de formação civis e arcaram com parte do ônus da formação de profissionais de que o país necessitava, como engenheiros, por exemplo. Ressalta-se, para além dos aspectos pedagógicos e didáticos, que a escola com dupla destinação – formação de civis e militares – tem relação com o envolvimento do militar na resolução dos problemas nacionais desde cedo. Na ausência de uma elite com preocupação nacional, o Exército era empregado nesse papel. As escolas também representavam a possibilidade de brasileiros natos ocuparem funções de comando e, por isso, não contou com o apoio português (LUCHETTI, 2006).

Em 1822, com a Proclamação da República, a academia passou a ser chamada de Imperial Academia Militar; já em 1832 de Academia Militar de Marinha, mas só em 1838 de Escola Militar. Em março de 1858, foi criado um decreto número 2.116, o qual substituía a Academia Real Militar pela Escola Central do exército, atendendo duas formações. Na Praia Vermelha (RJ), era dada a formação de oficiais e no Largo de São Francisco, a formação de engenheiros civis. A escola de formação para oficiais foi intitulada Escola de Aplicação do Exército, onde era visibilizada a disciplina em um regime de internato.

Logo, em 1889, após o final da Guerra da Tríplice Aliança, foi fundado o primeiro Colégio Militar do Brasil no Rio de Janeiro, que está em funcionamento até os dias atuais e está entre os quatorze localizados no País, sendo eles em Manaus (AM), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Juiz de Fora (MG), Santa Maria (RS), Belém (PA), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

Figura 2: Regiões dos Colégios Militares



Fonte 2: <http://www.depa.eb.mil.br/sistema-colegio-militar-do-brasil>

O sistema educacional dos Colégios Militares (SCMB) possui uma educação preparatória. Segundo o Ministério da defesa (DEPA)⁹, a educação prepara os estudantes para a vida. Preparar para a vida é capacitar todos os discentes à busca ética da felicidade e da realização pessoal, entendendo como em aberto essa capacitação. O ensino preparatório deve habilitar todos os alunos ao prosseguimento dos estudos, seja pelo despertar das vocações militares – em especial para o ingresso na EsPCEx¹⁰ –, seja pela preparação aos processos seletivos ao ensino superior. Esse ensino deve, portanto, preparar para a sociedade do futuro, marcada pelo avanço tecnológico, pelo mercado de trabalho volátil e competitivo, cuja posse do conhecimento não é suficiente.

Os Colégios também visam a uma educação assistencial que remete a educandários fortemente ancorados nos valores éticos e morais, nos costumes e nas tradições cultuados pelo Exército Brasileiro. É desse somatório que emerge a identidade do Sistema, o diferencial capaz de gerar vínculo, apego e sentimento de pertença aos Colégios. Como estabelecimentos de ensino filiados aos códigos do Exército, os Colégios Militares sustentam-se sobre os mesmos pilares: a hierarquia e a disciplina. Tal peculiaridade, que os distingue no todo maior da educação nacional, reforça a imagem que os Colégios Militares vieram lapidando ao longo de mais de cento e vinte anos: sua marca particular.

O SCMB preocupa-se em formar jovens ativos e criativos, autônomos e autores, providos de competências, habilidades e de valores éticos e morais cultuados pelo Exército Brasileiro, ou seja, indivíduos mais responsáveis, atuantes e transformadores.

É na articulação eficaz da educação preparatória com a educação assistencial, em um ambiente identificado, segundo os valores, costumes e tradição do Exército Brasileiro e apoiado sobre as mesmas hierarquia e disciplina que estruturam a Força Terrestre, que os Colégios Militares cumprem sua missão de proporcionar educação básica a seus alunos.

⁹ Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/sistema-colegio-militar-do-brasil>. Acesso em: 07/04/2022.

¹⁰ Escola preparatória de cadetes do exército.

As metas gerais relacionadas no Art. 4º do Regulamento dos Colégios Militares (R-69), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 42 de 06 de fevereiro de 2008¹¹, sintetizam com precisão a ação educacional proposta para os Colégios Militares:

I - permitir ao aluno desenvolver atitudes e incorporar valores familiares, sociais e patrióticos que lhe assegurem um futuro de cidadão patriota, cômico de seus deveres, direitos e responsabilidades, qualquer que seja o campo profissional de sua preferência;

II - propiciar ao aluno a busca e a pesquisa continuadas de informações relevantes;

III - desenvolver no aluno a visão crítica dos fenômenos políticos, econômicos, históricos, sociais e científico-tecnológicos, ensinando-os, pois, a aprender para a vida e não mais, simplesmente, para fazer provas;

IV - preparar o aluno para refletir e compreender os fenômenos e não, meramente, memorizá-los;

V - capacitar o aluno à absorção de pré-requisitos fundamentais ao prosseguimento dos estudos acadêmicos e não de conhecimentos supérfluos que se encerrem em si mesmos;

VI - estimular o aluno para a saudável prática de atividade física, buscando o seu desenvolvimento físico e incentivando a prática habitual do esporte; e

VII - despertar vocações para a carreira militar”.

Podemos visualizar alguns deslocamentos entre o decreto de 10.202 e a Portaria nº 42 de 06 de fevereiro de 2008. Primeiramente, os Colégios militares não são apenas para filhos de militares, pois qualquer civil pode participar do processo para ser integrante. No novo sistema, os estudantes não ficam obrigados ou com dívida de cumprir obrigações militares. A educação, na atualidade, constrói uma visão crítica sobre assuntos transversais e não possui o foco no patriotismo, não dispendo também do sistema de internato. Porém, também há semelhanças como: servir a pátria, honrar a família, estar regido pela disciplina e seguir valores éticos e morais, nos costumes e nas tradições cultuados pelo Exército Brasileiro.

Retomando ao Decreto 10.202, visto anteriormente, visibilizamos que ele destina suas prioridades e já descreve o modelo de sujeito o qual será constituído dentro da instituição; determina o padrão e perfil que se adequa: alunos com objetivo de seguir carreiras militares. O regime de internato tinha o objetivo de proteger socialmente os estudantes prejudicados pela Guerra da Tríplice aliança, que perderam seus pais em campo de batalha; por isso, no colégio, existia suporte, alimentação, atendimento médico e roupas para os órfãos. Os estudantes possuíam um regimento disciplinar rígido que foi alterado no século XIX e, atualmente, segue os padrões do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES HISTÓRICAS

Para darmos conta da historização do ensino militar, iremos utilizar um dos eixos fundamentais da análise histórica de Michel Foucault, a descontinuidade. Segundo Oliveira (2008)

A descontinuidade é um dos eixos fundamentais na análise histórica de Michel Foucault. Essa é a estratégia utilizada no seu trabalho para desmontar os essencialismos com que enxergamos as questões de nosso tempo, para ironizar a pretensa natureza sublime da ideia de origem e para desestabilizar os lugares de verdade (e os poderes neles investidos) que ocupam os saberes, camuflados pelo discurso do conhecimento. Foucault acusava a história de apegar-se à ideia de continuidade, subsidiada que era pela crença em uma origem essencial que subsiste ao tempo e que comanda os destinos da humanidade. Fazia eco a uma nova tradição de

11

Disponível em: https://www.esfcex.eb.mil.br/images/menu_cms/secretaria_ca/legislacao/1_Regulamento_dos_Colegios_Militares_R_69.pdf. Acesso em: 07/04/2022.

pensamento que combatia a noção de progresso, exaltada tanto pelos discursos filosófico e científico quanto pelo discurso capitalista, pelo efeito de verdade dado à ilusão de que o estado atual é a referência de evolução para a sociedade. (OLIVEIRA, 2008, p.170)

Foucault debruça seus estudos sobre descontinuidades para mostrar que, se buscarmos continuidades na história, estamos camuflando sua verdade, e o autor utiliza a arqueologia e genealogia para provar suas teorias.

Podemos considerar que a especificidade da análise de Foucault, primeiramente sobre o discurso, começa a delinear-se quando a obra intitulada “As Palavras e as Coisas” (1966) propõe analisar os saberes a partir do que o constitui: a epistémê. Para o autor, em cada época há um espaço de ordem que constitui os saberes, uma rede que é condição de possibilidade para o aparecimento de saberes, que determina o que pode ser pensado e como ser pensado, o que pode ser dito e como ser dito. Assim, epistémê nada mais é do que o aparecimento de um espaço em determinada época, momento histórico. Além disso, os saberes que nele surgem, manifestos nos discursos, são tomados como verdadeiros devido a sua influência.

A primeira fase de Foucault, arqueológica, identifica contiguidades entre as ciências da vida, do trabalho e da linguagem na construção dos parâmetros do verdadeiro e do falso nos percursos da modernidade, situando diferentes epistemes a conformar enunciados válidos a cada contexto. Seu trabalho é debruçado em diagnosticar o presente e, sobretudo, o estatuto do sujeito, desde as condições epistemológicas que o fazem objeto para si com as ciências humanas.

Já na fase da genealogia, supõe os pressupostos analisados na década anterior, vinculando-os às morfologias de poder. Logo, investiga o poder como construtor de verdades, rejeitando a estrita consideração de uma instância repressora. O poder é descentralizado e só funciona porque está contido em todas as relações; ou seja, ele não é adquirido, transferido, tampouco da ordem do contrato. Assim, sua identificação se dá na singularidade de seus pontos de ação, funcionando como engrenagem e estratégia. Inapreensível, inalienável e intransferível, extrapola a esfera jurídica e as ordens econômicas.

O autor defende a potência das duas abordagens

Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade (FOUCAULT, 2005b, p. 172).

A arqueologia descreve o discurso e denuncia as regras que condicionam seu surgimento, enquanto a genealogia é uma forma de resistência e de luta contra os discursos legitimados em uma determinada época.

Para fazermos uma análise histórica na atualidade, devemos visibilizar os movimentos de quebras e rupturas contidas no decorrer do tempo. Se construirmos uma linha do tempo, são notórias as mudanças e transformações que ocorrem ao passar dos anos. Os discursos mudam, as relações de poder se alteram, o extrato dos saberes se modifica. A verdade de uma época não é a mesma da época seguinte e só é possível capturar essa verdade quando o tempo já é outro. Logo, Foucault (2008) problematiza

[...] o grande problema que se vai colocar - que se coloca - a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir aquele desfecho que jamais se deu - o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos. Vê-se, então, o espriamento de todo um campo de questões - algumas já familiares - pelas quais essa nova forma de história tenta elaborar sua própria teoria: como especificar os diferentes conceitos

que permitem avaliar a descontinuidade (limiar, ruptura, corte, mutação, transformação)? (FOUCAULT, 2008, p.6)

Porém, a história busca apagar, beneficiando as estruturas fixas, as rupturas dos acontecimentos, enquanto a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e problematizar toda as perturbações da continuidade. Sobre as continuidades, Foucault (2008) reforça

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia - sob a forma da consciência histórica -, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência. (FOUCAULT, 2008, p.14)

Toda historicidade é interpelada por redes discursivas e o discurso, para ser considerado como tal, precisa ser identificado como um modo de resistência, uma luta por visibilidade, um campo conceitual em que os opositores, em um mesmo nível, não fugindo de relações de poder, lutem pela apropriação discursiva.

Logo, venerar o discurso nada mais é do que demonstrar nosso temor a ele. Foucault (2006) sugere não destituir esse temor, mas analisá-lo, questionando essa vontade de verdade e restituindo ao discurso o seu caráter de acontecimento, suspendendo a soberania do significante. Para isso, ele oferece os princípios da inversão, da descontinuidade, da especificidade e da exterioridade, nos quais é possível reconhecer o jogo negativo de um recorte, tratar os discursos como práticas descontínuas, conceber o discurso com uma violência, além de utilizar do discurso para conhecer suas possibilidades às condições externas.

Foucault define um espaço limitado de comunicação do discurso como positividade, já que ela não tem a amplidão de uma disciplina tomada em toda a sua transformação histórica. Assim, a positividade desempenha o papel do que se chama por “a priori histórico”.

Já os enunciados são raros, pois eles estão relacionados com a positividade, já que ela é um campo estrito de práticas discursivas e são poucas as práticas que tendem para o mesmo lugar. Os enunciados são a regularidade dos discursos, fazem parte de um mesmo campo, são baseados em uma mesma forma de positividade que lhes dá condições de existência. Quando Foucault fala de um a priori, ele não está dando validade para um juízo ou verdade de uma época, mas dando condição de realidade aos enunciados existentes. O autor não procura legitimação, mas sim caracterizar as regras de uma prática discursiva. Relacionando o *a priori* com a historicidade, Foucault (2008) destaca

[...] o *a priori* não escapa à historicidade: não constitui, acima dos acontecimentos, e em um universo inalterável, uma estrutura intemporal; define-se como o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva: ora, essas regras não se impõem do exterior aos elementos que elas correlacionam; estão inseridas no que ligam; e se não se modificam com o menor dentre eles, os modificam, e com eles se transformam em certos limiares decisivos. O a priori das positivities não é somente o sistema de uma dispersão temporal; ele próprio é um conjunto transformável (FOUCAULT, 2008, p.45).

O *a priori* histórico dá conta dos enunciados em sua dispersão, considerando todas as falhas em sua simultaneidade que não pode ser unificada. Logo, o conceito tem o objetivo de abranger as diferentes perspectivas de um discurso, ou seja, diferentes sentidos e verdades. Temos dois tipos de *a priori*: o formal e o histórico; neste artigo, nós nos apropriamos do histórico para melhor embasamento,

mas vale destacar a existência de ambos e explicitar que não são do mesmo nível, nem da mesma natureza. Unindo os conceitos de discurso, enunciado e *a priori*, também temos o que Foucault chama de arquivo. O autor explica

Temos de tratar, agora, de um volume complexo, em que se diferenciam regiões heterogêneas, e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor. Ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo (FOUCAULT, 2008, p.146).

O Arquivo na perspectiva Foucaultiana não é uma soma de textos ou um espaço de memória, mas sim a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares, e não protege os enunciados do esquecimento, mas é o que os organiza segundo as regularidades da época. As formações discursivas são analisadas dentro do arquivo e as análises de discurso sempre estão contidas dentro do seu sistema geral.

Os acontecimentos atuais são reflexo dos discursos e práticas que estão em constante transformação, não fugindo das relações de poder que permanecem presentes nos embates discursivos. Quando há uma ruptura histórica em determinada época, significa que algo se modificou, ou seja, os discursos da ordem passam a ser outros. Os discursos anteriores passaram por uma disputa, em que um deles prevalece e se (re)produz, produzindo materialidades e se legitimando no cotidiano. Vale destacar que os discursos que ganham visibilidade, estão na ordem por possuírem condições de possibilidade para isso. Logo, atualmente, a ordem do discurso educacional fala sobre um suposto reforço oferecido pelo militarismo, e esse mesmo discurso foi condição de possibilidade para a existência e criação do novo projeto Cívico-Militar nas escolas públicas brasileiras.

A história que conhecemos não é algo estratificado, fixo, finalizado, pois ela continua infinitamente no presente, mesmo com todas as rupturas e transformações. Ao pegarmos diferentes bibliografias sobre determinado assunto, encontramos diferentes perspectivas e posicionamentos. Nesse sentido, então como veríamos a história de um único viés? Geralmente, os livros abordam a história como grandes acontecimentos, personagens que se destacavam através do tempo, mas e as outras verdades mal-ditas? Obtemos fatos legitimados, entretanto, nem sempre os visibilizamos, muitas vezes nem capturamos os outros discursos, aqueles que se apagaram com o tempo, os mesmos que deram condições de possibilidades para tantas coisas se materializarem em uma época passada e que hoje, nos livros, não passam por nossos olhos.

O saber da época que passou é estrato, os discursos passaram por embates, resistências, mas o estrato é o que foi legitimado, e o legítimo chamamos de história que nos oferece condição de presente.

Para fazermos uma leitura do passado, é necessário capturarmos os sintomas do Presente e buscar explicações na história. Como foi inserido a militarização na educação? Por quê? Quais as condições e efeitos desse acoplamento? Como surgiu o termo cívico-militar? Que relações de poder o fizeram emergir? Quais acontecimentos deram condição de possibilidade para que essa proposta seja atualizada?

Para darmos conta dessas problematizações, realizamos a história do presente, visibilizando esses sintomas atuais da educação brasileira, e não deixaremos de fora a situação política atual do país. É necessário olhar o cenário atual para compreendermos melhor o passado, ou seja, realizar um estudo arqueológico.

Qual a ruptura educacional brasileira deu munção para novos projetos de inserção da vertente militarista na educação novamente? Para isso, neste artigo, também realizamos uma pesquisa

dos trabalhos recentes sobre os Colégios Militares no Brasil, buscando capturar as diferentes facetas e perspectivas dos pesquisadores.

*

Na perspectiva pós-estruturalista, quando se trata de historicidade, os estudos não estão mais voltados a relatar guerras por território, mudanças de governo e divergências de posicionamentos políticos, já que as múltiplas análises estão se proliferando cada vez mais. Questões tradicionais são consideradas ultrapassadas e os novos questionamentos giram em torno das rupturas e novos modos de existência e em como os extratos se modificam. Logo, um novo campo de questionamentos é descoberto e a noção de descontinuidade ganha visibilidade, tornando-se um elemento fundamental da análise histórica.

Para darmos conta de problematizar as descontinuidades do militarismo na educação, foi realizada uma pesquisa no portal da CAPES – Repositório de teses e dissertações, no qual filtramos e pesquisamos por dissertações e teses que abordassem o tema militarismo e educação. Primeiramente, fizemos uma procura sobre o novo projeto cívico-militar no portal, notando a ausência de pesquisas sobre o tema. Logo, a partir disso, buscamos maiores informações e referenciais que embasassem a historicidade feita até então.

O contexto histórico no Brasil, na década de 1960, foi marcado por mudanças, transformações e rupturas, ou seja, descontinuidades que desconstruíram ideologias. Assim sendo, leva-se em consideração a ocorrência do golpe de Estado, o qual levou ao poder os militares, quando o regime autoritário foi apoiado pela burguesia e pela elite; logo, denominamos este governo de cívico-militar. Segundo Santos (2017)

A ruptura da continuidade do sistema político, ocorrida no Brasil em 1964, se situa após um breve período de democracia, que ocorreu com o fim do governo ditatorial de Getúlio Vargas em 1945, iniciando-se um período de relativa estabilidade política, sendo que saída de João Goulart do poder encerrou um período de relativa estabilidade democrática, com o início de mais de duas décadas de ditadura civil-militar, em que houve alternância no poder entre generais que se tornaram presidentes da república nesse período, a partir de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), seguido por Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Ernesto Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985) (SANTOS, 2017, p.20).

O governo ditatorial causou várias transformações, não somente na estrutura da sociedade, mas também com a opressão a qualquer oposição. Os principais movimentos de resistência ao governo partiram da União Nacional dos Estudantes (UNE), partidos opositores e artistas ativistas. A partir disso, o governo, com a intenção de reprimir esses movimentos, criou alguns decretos que fortaleceram a posição de Poder dos militares, criminalizando qualquer atividade opositora, intervindo nos direitos dos cidadãos como a liberdade de expressão, por exemplo.

O discurso da ordem era o destaque do militarismo na sociedade, o qual fazia com que os militares pudessem exercer qualquer tipo de ação sem fiscalização ou intervenções do Poder Judiciário e Legislativo. Após esse tempo, o acontecimento que delimita a repressão se deu com a alteração do Ato Institucional nº 5, em 1968, sob o governo do Presidente Costa e Silva, quando foi decretada a proibição de manifestações de natureza política.

Os militares tinham a permissão de reprimir movimentos de oposição e restringir os direitos civis. Logo, atos de violência se tornaram comuns, de modo que o medo e a opressão se solidificaram em uma sociedade que não tinha o direito de se posicionar. Os excessos cometidos tornaram-se rotineiros, enquanto o governo defendia que, para se manter no poder, utilizariam esse *modus operandi*. O novo governo cívico-militar polarizou a política da época e acreditava na dualidade capitalismo x comunismo, tendo pessoas comunistas como inimigas.

Diante desse cenário político, a prioridade não estava pautada na educação, muito menos voltada à busca da cidadania ou à formação intelectual da população, porém a demanda exigiu algumas

transformações, fazendo o Estado assumir o compromisso de uma educação voltada para o capital, direcionando o sistema educacional para suprir as necessidades da época.

A educação passou a ser profissionalizante, cujo objetivo era capacitar os estudantes para o trabalho, pois assim melhoraria o desenvolvimento do país e resolveria, em tese, o problema da desigualdade social, já que para o governo, a profissionalização da educação era uma maneira de controle populacional. Para Frigotto (2010)

o que é intrigante na teoria do capital humano, que postula uma ligação linear entre desenvolvimento e superação da desigualdade social, mediante a qualificação, porque levaria a uma produtividade crescente- é o fato dela surgir quando observamos historicamente uma reorganização do imperialismo, uma exacerbação do processo de concentração e centralização do capital, uma crescente incorporação do progresso técnico da produção, arma de competição intercapitalista, e uma conseqüentemente desqualificação do trabalho, criação de um corpo coletivo de trabalho e ao anúncio da fase áurea do desemprego e subemprego no mundo (FRIGOTTO, 2010, p. 30).

Vale destacar que constituir sujeitos com formação baseada no capital não formaria sujeitos problematizadores, críticos, que participassem de processos políticos, mas sim serviriam apenas como mão de obra para o mercado financeiro. Logo, segundo Soares (2007) a educação para o Estado

passou a ser vista como um investimento: atribuiu-se ao sistema educacional a tarefa de preparar recursos humanos para atender às demandas dos projetos no campo econômico. A educação passou a ser pensada como forma de apropriação de capital, enquanto melhoria da qualificação de mão-de-obra, intensamente vinculada ao desenvolvimento que se faz com base na tecnologia, na criação e implementação dessa tecnologia e na sua relação com a produtividade, neste enfoque o homem não é visto como ser humano e sim como força de trabalho, necessária aos vários níveis e tipos de qualificação técnica. A ideologia economicista e tecnocrata coloca prioridade na concepção de educação vinculada ao desenvolvimento econômico, onde o investimento no homem deve ser visto como fator de produtividade econômica (SOARES, 2007, p. 2).

Logo, observamos que a política educacional no Brasil foi conduzida pelo Estado ditatorial através das bases do liberalismo econômico, em que o mercado ditava as regras a serem seguidas pelas políticas governamentais. Com isso, identificamos a racionalidade daquela época, que emerge a partir da descontinuidade histórica do militarismo na educação. Logo, vale problematizar os objetivos do projeto cívico-militar criado em 2020, tendo como premissa a situação política atual do Brasil, sendo um país democrático, o que levaria atualizar esta vertente 55 anos depois do golpe militar?

*

Para compreender melhor o contexto militar na educação pública, realizamos uma pesquisa no portal da CAPES para selecionar algumas pesquisas que balizassem melhor nossas problematizações. Por mais que sejam inúmeras as teses e dissertações encontradas, nem todas são relacionadas a Colégios Militares: há muito mais teses e dissertações sobre Instituições Militares e formação de militares em quartéis.

Abaixo seguem as tabelas que contém os resultados obtidos a partir dos temas em que tínhamos o interesse de localizar. O primeiro tema, que norteou nossa análise no repositório de teses da CAPES, foi: Colégio Militar. Pesquisamos também o termo Cívico-Militar, porém não apareceu nenhum resultado:

Tabela 1: Resultados da pesquisa no portal da CAPES

Tema	Filtro	Quantidade
Colégio Militar		12.325
Nível	Doutorado	2.151
Ano	2010 até os dias atuais	694

Área de Conhecimento	Ciências Humanas	191
Área de avaliação	Educação	42

Fonte 1: O autor

Encontramos 12.325 teses relacionadas ao Colégio Militar. Em função do grande número de pesquisas encontradas, decidimos filtrar, direcionando melhor nossa pesquisa e área de conhecimento. Neste filtro obtivemos 42 teses para analisar. É notório, a partir das tabelas destacadas acima, que o tema Colégio Militar é bastante abordado por pesquisas na atualidade, porém algumas das pesquisas não contribuíram com nossa problemática por abordar outros eixos e outros referenciais.

Título da Tese	Autor(a)	Universidade e PPG	Ano
Ensino secundário militar na Primeira República: a construção dos colégios militares (1889-1919)	Beatriz Rietmann da Costa e Cunha	Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Educação.	2012
Referencial			
O estudo foi norteado pela matriz teórica gramsciana, usando o conceito leninista de hegemonia.			

O trabalho teve como objetivo pesquisar a constituição do ensino secundário militar nas primeiras décadas da república, privilegiando, como foco, a expansão inicial do Colégio Militar, instituição criada em 1889, na corte, pouco antes do fim do Império.

Título da Tese	Autor(a)	Universidade e PPG	Ano
Forças armadas e educação: o colégio militar de campo grande – MS (1993-2010)	Kátia Cristina Nascimento Figueira.	Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-graduação em Educação.	2011
Referencial			
A análise privilegiou a teoria gramsciana como base teórica explicativa.			

O trabalho de pesquisa teve como objeto de estudo a relação que se estabeleceu entre o Colégio Militar de Campo Grande, criado em 1993, e o contexto histórico sul-mato-grossense advindo com o fim da Guerra Fria (1947-1991). Para tanto, estabeleceu nexos entre as Forças Armadas e sua

ocupação geopolítica em Mato Grosso do Sul, o significado dessa presença para a organização social dos sul-mato-grossenses, as relações de poder presentes, os processos de formação de ensino e como esses elementos se materializam no Colégio Militar de Campo Grande – Mato Grosso do Sul, inserindo-se no campo da História das Instituições Escolares.

Título da Tese	Autor(a)	Universidade e PPG	Ano
Escola de civismo e cidadania: ethos do colégio beta da polícia militar de Goiás	Helena Beatriz de Moura Belle.	Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Educação.	2011
Referencial			
<p>A investigação contou com três eixos orientadores do referencial teórico. O primeiro, as políticas educacionais, da década de 1960 até os dias atuais, e os modelos de gestão do Colégio Beta, fundamentados nas imagens organizacionais da escola de Costa (1996, 2009) e no princípio constitucional de gestão democrática, com base em ensinamentos de Dewey (1959), Teixeira (1968), Bobbio (1986, 2006, 2007), Paro (2001, 2003), Ramos (1989), Gohn (1994), Pazeto; Wittmann (2001), Coutinho (2002), Barroso (2006), Sander (2007, 2009), Brzezinski (1987, 1996, 2007, 2008) e Castro (2009). O segundo eixo do referencial consiste nas reflexões acerca da atuação das escolas, no que se refere ao público e privado, fundamentada nas concepções e críticas de Cury (1986, 1992, 2002), Dourado (2006), Gracindo (2008) e Vieira (2008).</p>			

O objetivo geral da pesquisa foi: estudar o Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás e discutir a forma pela qual uma escola de civismo e cidadania tem expressão real para professores e estudantes do 3º ano do ensino médio, considerando as categorias democracia, burocracia, civismo, cidadania e gestão escolar.

Título da Tese	Autor(a)	Universidade e PPG	Ano
A interação de alunas do Colégio Militar do Rio de Janeiro em atividades escolares e práticas corporais	Liliana Adiers Lohmann.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Ciência do exercício e do esporte.	2015
Referencial			
A análise dos dados seguiu a descrição proposta por Clifford Geertz, dialogando com Foucault — e suas reflexões sobre identidade — e com Moscovici e as teorias sobre Representação Social.			

A tese teve por objetivo compreender o processo de interação por alunas no Colégio Militar do Rio de Janeiro, investigando e analisando a instituição educacional militar e, especialmente, o ingresso de mulheres, o poder disciplinar e o gênero, a construção da identidade e a representação no corpo destas. A autora utilizou embasamentos foucaultianos para falar dos discursos sobre o acesso à permanência de mulheres nas forças armadas, junto ao conceito disciplinar para abordar a construção identitária de meninas no Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Título da Tese	Autor(a)	Universidade e PPG	Ano
O protagonismo de jovens no ensino médio do Colégio Militar de Salvador: compreendendo "atos de currículo" em experiências socioculturais de formação.	Sônia Maria Moraes Ferreira.	Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação em Educação.	2012
Referencial			
A autora utilizou referenciais críticos focando na Educação, também utilizou conceitos de Identidade de Silva (1999), Saberes Docentes de Tardif (2002), entre outros.			

A pesquisa valeu-se dos princípios norteadores da etnopesquisa-formação com o objetivo de analisar as ações promotoras do protagonismo juvenil nos “atos de currículo” do Ensino Médio com a expectativa de compreender o significado dessas ações na formação dos jovens educandos.

Título da Tese	Autor(a)	Universidade e PPG	Ano
Baleiros e baleiras no velho casarão: co-educação ou escola mista no colégio militar de Porto Alegre? (RS - 1989 a 2013).	Patrícia Rodrigues Augusto Carra.	Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação.	2014
Referencial			
O estudo é uma investigação de cunho qualitativo e busca orientação nos campos da Nova História e da História Cultural. A autora utilizou referências críticas, focando na Educação e estudos de gênero.			

A investigação analisa o processo de aceitação de mulheres como alunas a partir do entendimento da coeducação, enquanto práxis e política educacional comprometida com a superação do sexismo, visando a relações de gênero igualitárias. O estudo procura inferir se o educandário

“caminha” em direção a esses ideais, buscando transpor seu status de escola mista para escola coeducativa. Para isso, aborda alguns aspectos da cultura escolar, busca inferir o feminino e o masculino idealizado, considerando a existência de diferentes masculinidades e feminilidades circulantes no ambiente do colégio.

Título da Tese	Autor(a)	Universidade e PPG	Ano
A gestão educacional de uma instituição de ensino pública da esfera federal: o caso do Colégio Militar de Brasília	Gabriela Menezes de Souza.	Universidade Católica de Brasília. Programa Strictu Sensu em Educação.	2017
Referencial			
Como referencial teórico, a autora utilizou as ideias de teóricos que versam sobre conceitos de gestão de instituições de ensino, modelos de gestão educacional, conceitos de planejamento educacional e modelos desses planejamentos, tais como Ribeiro (1978), Lück (2000), Zainko (2000), Sander (2007), Kuenzer et all (2015), dentre outros.			

A pesquisa teve como objetivo geral identificar o modelo de gestão educacional empregado no Colégio Militar de Brasília a partir dos documentos oficiais que regem o ensino na instituição e a partir da percepção dos participantes da pesquisa. Trata-se de um estudo de caso sobre o Colégio Militar de Brasília (CMB), uma instituição de ensino público da esfera federal, cuja mantenedora é o Exército brasileiro.

Título da Tese	Autor(a)	Universidade e PPG	Ano
Práticas de poder e movimentos identitários de docentes de um colégio militar.	Ailton Souza de Oliveira.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.	2013
Referencial			
Como referencial teórico, o autor utilizou as ideias de teóricos estruturalistas que versam sobre conceitos de educação.			

O trabalho investiga os elementos estruturantes dos movimentos identitários de professores não militares e militares professores subordinados a um conjunto de normas e regras de orientação da ação, que inclui práticas de poder peculiares decorridas dos princípios ligados à hierarquia e à disciplina militar, aliando-os aos pressupostos teóricos sobre as micropolíticas do cotidiano.

Título da Tese	Autor(a)	Universidade e PPG	Ano
Estudantes forjados nas arcadas do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA): "novos talentos" da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)	Josaine de Moura Pinheiro.	Universidade do vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação.	2014
Referencial			
Os aportes teóricos que sustentam essa investigação são pós-estruturalistas e vinculam-se às teorizações de Michel Foucault, principalmente àquelas desenvolvidas em suas obras <i>Vigiar e Punir</i> , <i>Nascimento da Biopolítica</i> , <i>Segurança, Território e População</i> e <i>Do Governo dos Vivos</i> .			

Esta tese teve por objetivo analisar estratégias e táticas de governo postas em movimento no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), cujos alunos vêm se destacando na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e ocupando a posição de novos talentos em matemática.

Título da Tese	Autor(a)	Universidade e PPG	Ano
A escolha do professor padrão do colégio militar de Santa Maria e seus efeitos sobre professores: um estudo através das crenças.	Ana Lucia Cheloti Prochnow.	Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-graduação em Letras.	2015
Referencial			
Esta pesquisa, de cunho quantitativo e qualitativo, foi fundamentada em Vygotsky (2007) e Barcelos (2001, 2004, 2006), que conferem fundamental importância à interação social para o desenvolvimento do indivíduo; em Pimenta (2009); Mizukami (1986) e Cunha (1989), que abordam questões relativas à identidade profissional do professor, às abordagens de ensino e ao perfil de bom professor.			

A presente pesquisa teve por objetivo analisar o processo de escolha do professor padrão do Colégio Militar de Santa Maria (CMSM), considerando seus efeitos sobre os professores através das suas crenças. Para isso, foram descritas as orientações da prática pedagógica prescritas pelo Sistema para compreender o Colégio Militar de Santa Maria, no que diz respeito ao trabalho do professor; foi construído o perfil de professor padrão para professores e alunos do Colégio Militar de Santa Maria; ademais, foram levantadas e analisadas as crenças de professores do Colégio Militar de Santa Maria sobre o processo de escolha do professor padrão.

Título da Tese	Autor(a)	Universidade e PPG	Ano
Um olhar para as relações na introdução da educação inclusiva no colégio militar de Porto Alegre: reflexões a partir de Buber.	Caroline Becker.	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Educação.	2019.
Referencial			
Essa proposta foi sustentada numa abordagem qualitativa, com ênfase na pesquisa-ação (Thiollent, 2009). Como referencial teórico, o principal autor utilizado foi o filósofo Martin Buber.			

Esta tese aborda as percepções dos profissionais envolvidos no processo de introdução à educação inclusiva no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), considerando as premissas educativas e militares do Sistema Colégio Militar do Brasil. Para tanto, investiga a introdução à educação inclusiva no Colégio Militar de Porto Alegre e apresenta a reflexão sobre a questão: quais as percepções dos profissionais e docentes sobre o processo de implementação da Educação Inclusiva no Colégio Militar de Porto Alegre? Como objetivo geral, procurou compreender as percepções dos profissionais e dos docentes que atuam no Colégio Militar de Porto Alegre em relação à introdução da Educação Inclusiva na Instituição.

Título da Tese	Autor(a)	Universidade e PPG	Ano
Itinerâncias e trânsitos no Colégio Militar de Santa Maria (RS): sobre experiências com diários visuais e/ou textuais	Simone Marostega.	Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-graduação em Educação.	2019.
Referencial			
O estudo teve aporte teórico ancorado em conceitos de itinerância e trânsitos, por meio dos autores como Michel Certeau (2014) e Michel Onfray (2009), junto aos conceitos de experiência e narrativa de Walter Benjamin (1984, 1987, 1989, 1995, 2002, 2009, 2011). A abordagem metodológica narrativa foi orientadora do processo de pesquisa, com inspiração em Walter Benjamin (1987), seu conceito de experiência, da figura do flâneur e do viajante colecionador.			

A questão de pesquisa delineou-se por compreender como se configuram os trânsitos vivenciados pelos estudantes itinerantes do Ensino Médio do Colégio Militar de Santa Maria/SCMB, a partir de narrativas visuais e textuais produzidas na docência de uma professora-pesquisadora do ensino de Arte/Artes Visuais junto a estudantes itinerantes (IT) e não itinerantes (NIT). O objetivo geral foi investigar quais e como as experiências vividas nas itinerâncias da cultura de trânsitos podem constituir potencial de inserção do estudante itinerante no espaço escolar do CMSM/SCMB.

Logo, das 42 (quarenta e duas) teses analisadas, destacamos 12 (doze) conforme os quadros acima, na qual o critério de escolha se deu por serem teses da área da Educação que tinham como tema principal o Colégio Militar. Dentro dessas teses, encontramos diferentes perspectivas, referenciais, abordagens e posicionamentos. Os temas internos ao Colégio militar foram diversos: educação inclusiva, gênero e inclusão das mulheres, historização das instituições, como se deu a constituição dos Colégios, análises sobre os estudantes e corpo docente, análises documentais, estratégias de governo dentro dos colégios, entre outros.

A pluralidade das pesquisas sobre colégio militar é notória nos resumos abordados acima, ou seja, convergem para o mesmo tema, porém abordam diferentes perspectivas sobre essa vertente. Não encontramos pesquisas que abordassem a descontinuidade do militarismo na educação, assim como não encontramos a intersecção cívico-militar.

Dos artigos analisados, apenas um utilizava nosso referencial pós-crítico; dos 12 (doze) autores das teses, 11 (onze) eram mulheres. Essas pesquisas abordam diferentes eixos dentro do colégio militar, mas a partir delas conseguimos identificar alguns discursos que estão em alta, como o da educação inclusiva, por exemplo. Se olharmos as pesquisas de algumas décadas atrás, os discursos e as problemáticas eram outras.

Não encontrar nenhuma pesquisa sobre o termo cívico-militar já era esperado, pois o projeto de instaurar as escolas cívico-militares é recente, porém buscamos encontrar mais pesquisas pós-críticas a fim de analisar as problemáticas a partir do nosso referencial, o que não foi possível.

CONSIDERAÇÕES

A criação do programa que instaura escolas cívico-militares mostra como o militarismo está em visibilidade. Em função disso, coube realizar neste artigo a historização do militarismo no Brasil, visibilizando o aparecimento do termo cívico-militar e compreendendo as continuidades e descontinuidades históricas desse sistema.

No primeiro momento, o subtítulo “Emergência do PECIM e o Diagnóstico do Presente” abordamos o cenário atual da Educação brasileira junto da instauração da PECIM, explicando como funciona e qual o objetivo do novo projeto. Para darmos conta das problematizações que surgiram, fizemos um estudo arqueológico, abordando como emergiu o primeiro colégio com vertente militarista no Brasil.

No segundo momento “continuidades e descontinuidades históricas”, fizemos uma análise das rupturas históricas, a fim de verificarmos a episteme e as condições de possibilidades para a atualização do militarismo na educação, capturando a racionalidade da época, a partir de uma história do presente. Em seguida, para compreender melhor o contexto militar na educação pública, realizamos uma pesquisa no portal da CAPES, selecionando 12 pesquisas para balizar melhor nossas problematizações e compreender quais eram os discursos atuais sobre o militarismo na área científica.

Utilizamos as teorizações de Michel Foucault e seu entendimento sobre história do presente. A problemática chave de nosso artigo esteve na emergência de um reforço na educação pública da atualidade.

Para isso, realizamos, a partir da fase arque/genealógica de Michel Foucault, uma análise pós-estruturalista, relatando fatos históricos fundamentais para a constituição da militarização da Educação. Também foi relevante observar os periódicos para analisar quais os tipos de pesquisas estão sendo construídas sobre essa temática, para assim identificar a episteme que é atual na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA ESCOLAS CÍVICO-MILITARES*. Brasília: MEC, 2021.

CARVALHO, Argens José de. Colégio Militar. Cem anos de tradição. *Revista do exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 126, n.1, p.126, jan/mar 1989.

CARVALHO, Fabrícia A.T. *Colégio Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 208, 2015.

COSTA e CUNHA, Beatriz Rietmann da. *Assistência e profissionalização do Exército: elementos para uma história do Imperial Colégio Militar*. Dissertação (Mestrado em educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. *Ensino secundário militar na primeira república: a construção dos colégios militares (1889-1919)*. 2012. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

FIGUEIRA, Kátia Cristina Nascimento. *Forças armadas e educação: o Colégio Militar de Campo Grande – MS (1993-2010)*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7280>.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. 8 ed. Tradução Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 21 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 7 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LUCHETTI, Maria S.R. *O ensino no Exército brasileiro: histórico, quadro atual e reforma*. (Tese de mestrado). Piracicaba: UNIMEP, 2006.

MOREIRA, Heloi J. F. *Casa do Trem: berço do ensino militar e da Engenharia brasileira*. Revista do Exército Brasileiro, v. 147, Edição especial 200 anos do ensino militar, 2011.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. *Educação Militar: Uma leitura da educação no sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB)* / Jefferson Gomes Nogueira. - 2014.

OLIVEIRA, Cristiane. *A vertigem da descontinuidade: sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault*. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.169-181, jan.-mar. 2008.

OLIVEIRA, Ana Amélia Penido. *Profissionalização à Brasileira*. IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Florianópolis. 2016.

PIRASSINUNGA, Adailton Coronel. *O ensino Militar no Brasil (Colônia)*. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

SANTOS, Leonardo Batista dos, 1979- *A Escola estadual Josias Pinto* / Leonardo Batista dos Santos. - 2017. 116 p.: il. Orientador: Selmo Haroldo de Resende. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2017.63> Inclui bibliografia.

SOARES, Andréa de Almeida Rosa. *As mudanças na Educação Brasileira no Contexto Neoliberal e suas implicações no ensino superior*. VII Congresso Latino Americano de Humanidades. Campos dos Goitacazes, 2007.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Autor 1 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Autora 2 – Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.